Estratégia Organizacional e Inovação - ENANGRAD Júnior

DISPUTA COMERCIAL ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS E OS IMPACTOS SOBRE A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Resumo

Ao longo dos anos, o comércio internacional passou por transformações para se adequar às demandas do mercado, tornando o mundo cada vez mais interdependente em diversas dimensões. No entanto, eventos recentes evidenciam um retrocesso nessa dinâmica global, impulsionado por mecanismos protecionistas. Sob essa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo investigar a evolução das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, bem como os impactos das políticas tarifárias implementadas pelo governo de Donald Trump, em 2025, sobre a Balança Comercial brasileira. Para isso, realizou-se uma revisão histórica das relações diplomáticas bilaterais desde 1990, acompanhada do levantamento documental. Ademais, foram analisados os dados do fluxo comercial bilateral e da Balança brasileira geral entre 2015 e 2026, disponibilizados através do ComexStat. Os resultados apontam que as medidas tarifárias intensificaram o déficit comercial brasileiro no comércio bilateral. Entretanto, o efeito não segue na mesma dimensão ao analisarmos a Balança desses setores no geral. Portanto, conclui-se que os impactos sobre a economia brasileira foram parcialmente mitigados pela estratégia de diversificação de mercados, ampliando a participação de parceiros comerciais, reduzindo a dependência dos Estados Unidos e fortalecendo a inserção internacional brasileira diante desse novo cenário econômico global.

Palavras-chave: Balança Comercial; Protecionismo; Relações Brasil-Estados Unidos; Governo Trump 2025.

Abstract

Over the years, international trade has undergone transformations to adapt to market demands, making the world increasingly interdependent. However, recent events reveal a setback in this global dynamic, driven by protectionist mechanisms. From this perspective, this paper aims to investigate the evolution of trade relations between Brazil and the United States, as well as the impacts of the tariff policies implemented in 2025, during Donald Trump's administration, on the Brazilian balance of trade. To this end, a historical review of bilateral diplomatic relations since 1990 was conducted, alongside a document analysis of recent statements and executive orders. In addition, bilateral and general Brazilian trade balance data from 2015 to 2026, made available on ComexStat, were analyzed. The results indicate that the tariff measures deepened Brazil's bilateral trade deficit. The analysis of the directly affected sectors revealed a significant reduction in exports directed to the U.S. market; however, the effect is not of the same magnitude when analyzing the overall balance of these sectors. Finally, it is concluded that the impacts on the Brazilian economy were partially mitigated by a market diversification strategy, which expanded the participation of Brazilian partners, thereby reducing dependence on the United States and reinforcing the importance of a trade policy aimed at expanding into new markets.

Keywords: Trade Balance; Protectionism; Brazil–United States Relations; Trump Administration 2025.

1. Introdução

A intensificação da globalização e da interdependência econômica ampliou significativamente a relevância das relações comerciais internacionais entre os Estados. Embora esse processo tenha contribuído para a expansão dos fluxos de comércio internacional e para uma maior integração das cadeias produtivas, também aumentou a exposição das economias nacionais às decisões e às mudanças nas políticas econômicas adotadas por outros atores estatais (Keohane; Nye, 1977).

Nesse contexto, os Estados Unidos ocupam uma posição central no sistema internacional, inclusive no que se refere às relações com o Brasil, constituindo um dos principais parceiros políticos e diplomáticos do país. Historicamente, essa relação é caracterizada por períodos de aproximação e divergência, influenciados, sobretudo, pelas prioridades e orientações estabelecidas pelos respectivos governos ao longo do tempo (Andrade; Naretto; Franco, 2017). No âmbito econômico, os Estados Unidos também desempenham papel relevante nas relações comerciais brasileiras, figurando como um dos principais destinos das exportações nacionais e como importante fornecedor de produtos industrializados e insumos tecnológicos estratégicos (Cavalcante; Losso, 2025). Dessa forma, a elevada integração econômica e o expressivo fluxo comercial bilateral tornam a relação entre os dois países particularmente suscetível a alterações nas políticas comerciais, sobretudo quando estas assumem caráter protecionista.

A partir disso, a adoção das chamadas tarifas recíprocas pelo Governo Donald Trump em 2025, e, posteriormente, da tarifa adicional de 40% incidente sobre determinados produtos brasileiros, promoveu alterações na dinâmica das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Essas medidas ampliaram as barreiras ao comércio bilateral, contribuíram para o surgimento de divergências no âmbito diplomático e impuseram um choque restritivo para setores estratégicos da economia brasileira. Esse contexto estendeu-se até 2026, período marcado por sucessivas rodadas de negociações entre os dois países, sem, contudo, resultar em avanços consistentes nas tratativas comerciais.

Diante desse cenário, compreender os efeitos das medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos mostra-se relevante não apenas para a análise da conjuntura econômica recente, mas, fundamentalmente, para avaliar a capacidade de resposta do setor produtivo brasileiro perante choques externos. O aprofundamento dessas discussões permite observar como a agilidade logística e a busca ativa por novos parceiros comerciais operam como mecanismos de mitigação de danos. A análise dessas transformações torna-se, portanto, particularmente pertinente diante de um ambiente internacional caracterizado pela intensificação das disputas econômicas e pela crescente utilização de instrumentos tarifários como mecanismos de pressão geopolítica.

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, é realizada a contextualização das relações entre Brasil e Estados Unidos, seguida da apresentação cronológica dos principais acontecimentos relacionados à aplicação das tarifas estadunidenses a partir de 2025. Em seguida, são analisados os impactos das medidas tarifárias a partir de dados da Balança Comercial, com ênfase na dinâmica do comércio bilateral e no desempenho de três

setores estratégicos da economia brasileira. Por fim, avalia-se a reconfiguração das rotas de exportação, buscando identificar como a estratégia de diversificação de mercados neutralizou parcialmente as barreiras impostas e redefiniu a inserção comercial do país.

2. Fundamentação Teórica

A compreensão das relações comerciais contemporâneas exige a análise do conceito de interdependência econômica, que, ao integrar as cadeias produtivas globais, aumenta a vulnerabilidade das economias nacionais às decisões políticas de outros Estados (Keohane; Nye, 1977). Nesse cenário, os Estados Unidos exercem papel central, figurando como um dos principais parceiros comerciais e diplomáticos do Brasil, em uma relação historicamente pautada por ciclos de aproximação e distanciamento (Andrade; Naretto; Franco, 2017; Cavalcante; Losso, 2025).

Historicamente, a relação baseou-se na Doutrina Monroe, refletindo a busca estadunidense por influência e hegemonia regional (Funag, 2009; Cervo; Bueno, 2002). A partir da década de 1990, a diplomacia brasileira adotou posturas distintas para lidar com essa assimetria. Inicialmente, buscou-se a inserção internacional por meio da "autonomia pela modernização", promovendo abertura comercial e realinhamento estratégico com os preceitos de livre-comércio (Casarões, 2011). Posteriormente, nos anos 2000, a política externa transitou para a "autonomia pela diversificação", priorizando parcerias no Sul Global, o fortalecimento do BRICS e a redução da dependência de mercados tradicionais (Vigevani; Cepaluni, 2007; Pimentel, 2013). É sob a ótica dessas dinâmicas de poder, interdependência e estratégias de inserção que se fundamenta a análise dos impactos dos mecanismos protecionistas sobre a economia brasileira.

Assim, o protecionismo pode ser compreendido como o conjunto de instrumentos utilizados pelos países para restringir ou dificultar a entrada de produtos estrangeiros em seus mercados domésticos, por meio da aplicação de tarifas de importação, cotas, subsídios e barreiras não tarifárias. Embora essas medidas sejam frequentemente justificadas como mecanismos de proteção à indústria nacional e aos empregos internos, autores como Friedman (1962) argumentam que sua adoção pode gerar distorções nos fluxos comerciais, reduzir a eficiência econômica e comprometer os benefícios proporcionados pelo livre comércio.

Por fim, conceitualiza-se a diversificação de mercados, dada como uma estratégia comercial para minimizar choques extremos resultados das complexas interdependências globais.

3. Metodologia

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentou-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários de comércio exterior, estruturando-se em três etapas interligadas.

A primeira etapa dedicou-se à construção do referencial teórico sobre as relações bilaterais Brasil-EUA a partir de 1990, e sobre a política externa brasileira no período, fundamentando-se em autores das Relações Internacionais e Economia Política Internacional.

Na sequência, a segunda etapa foi destinada à contextualização recentes das relações bilaterais, focando na Gestão Trump 2025 e na cronologia da política comercial protecionista. Para isso realizou-se a análise de documentos oficiais, por meio de Ordens Executivas, relatórios e declarações, além de aporte jornalístico especializado para reconstrução cronológica.

Por fim, a terceira etapa analisou os impactos econômicos das medidas tarifárias sobre a Balança Comercial brasileira entre 2015 e 2026, com dados extraídos do ComexStat. A análise concentrou-se no comportamento de setores estratégicos, avaliando volumes exportados, incidência tarifária e estratégias de diversificação de mercados, relacionando os dados empíricos às transformações históricas das relações econômicas internacionais.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Evolução Das Relações Brasil-Estados Unidos

A relação entre Brasil e Estados Unidos se inicia oficialmente em 1824, quando o governo dos Estados Unidos se tornou um dos primeiros a reconhecer formalmente a independência brasileira em nível internacional (Funag, 2009). Essa estratégia, segundo Cervo e Bueno (2002), fundamentou-se na Doutrina Monroe e no princípio da “América para os americanos”, visando ampliar a influência dos EUA e garantir autonomia continental. Esse fato histórico ajuda a compreender a lógica que moldou a relação bilateral, baseada na busca estadunidense pela liderança global, consolidada plenamente no pós-Guerra Fria.

Portanto, o estudo concentra-se na análise da relação a partir da década de 1990, a qual se destaca por oscilações mais consistentes de aproximação e distanciamento, impulsionadas pela interdependência econômica e pelas transformações do sistema internacional (Andrade; Naretto; Franco, 2017).

Hilton (1994) afirma que essas oscilações decorreram da redefinição das prioridades da política externa estadunidense e da dualidade na diplomacia brasileira, pela qual se buscava a inserção econômica e a aproximação comercial com os EUA, ao mesmo tempo em que se observava um distanciamento diplomático em temas de governança global (Souto Maior, 2001). Assim, o governo Fernando Collor destaca-se ao incorporar a abertura comercial sob o ideal de “autonomia pela modernização” (Casarões, 2011), promovendo um realinhamento estratégico com os Estados Unidos e as normas do livre-comércio. Essa tendência foi aprofundada na gestão de Fernando Henrique Cardoso ao introduzir o Brasil na OMC. A aproximação pragmática pautada na estabilidade econômica e nos debates sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) resultou em uma divergência diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos (Cervo; Bueno, 2015). Enquanto os EUA buscavam acordos bilaterais rápidos, o Brasil defendia discussões estruturadas para proteger setores industriais vulneráveis (Vigevani; Cepaluni, 2007). Esse cenário se estendeu até 2003, quando a proposta brasileira de uma “ALCA *light*” reforçou o desalinhamento de prioridades

sobre o tema entre os dois países (Faverão, 2005). Soma-se a isso o contencioso do algodão na OMC (2002-2014), no qual o Brasil contestou subsídios estadunidenses, confirmando sua projeção nos organismos multilaterais (Ferraz, 2008).

Apesar das tensões, até 2008 o Brasil registrou superávits comerciais com os EUA. Com a crise financeira global e o redirecionamento da atuação para a liderança do Sul Global, o governo Lula adotou a "autonomia pela diversificação" (Vigevani; Cepaluni, 2007), marcada pelo estreitamento de laços com a China, pela criação de fóruns sem a participação estadunidense (como a CALC) e pelo fortalecimento do BRICS. O bloco emergiu como contraponto político e econômico à hegemonia ocidental, cobrando reformas no FMI e no Banco Mundial e, novamente, produzindo atritos nos interesses dos dois países e em suas respectivas posições em temas globais (Pimentel, 2013).

Ainda assim, a relação com os Estados Unidos manteve momentos de cooperação no governo Obama. Contudo, em 2011, novas tensões surgiram devido à atuação brasileira por reformas na ONU e, em especial, às revelações de espionagem da NSA no governo Dilma Rousseff. Com Michel Temer (2016), tentou-se uma reaproximação comercial. Por fim, a posse de Donald Trump em 2017, com sinais de protecionismo, e a de Jair Bolsonaro no Brasil em 2019 reconfiguraram as dinâmicas bilaterais, tendentes a um alinhamento ideológico com a postura estadunidense.

4.2 Governo Trump

Desde sua posse, Donald Trump tem se mantido no foco internacional, sendo frequentemente caracterizado por um governo de ruptura e imprevisibilidade. Suas ações estiveram orientadas pela proposta de "reconstrução" dos Estados Unidos, sintetizada no lema "*America First*", que expressa a priorização dos interesses nacionais. A gestão de Trump 2025 reforça e aprofunda a lógica protecionista, adotando a centralização da política tarifária como instrumento de política econômica, com ampla capacidade de intervenção no comércio internacional.

Tais medidas tornaram-se concretas a partir de fevereiro de 2025, quando Trump anunciou a retomada de tarifas de 25% sobre aço e alumínio a todos os parceiros comerciais (Nasser; Takitani, 2025). Em 2 de abril de 2025, Trump assinou a Ordem Executiva 14257, declarando emergência nacional em razão do déficit comercial estadunidense e autorizando a imposição de tarifas abrangentes no chamado "*Liberation Day*".

A Figura 1 destaca, país a país, as respectivas tarifas previstas como "proporcionais" às aplicadas sobre produtos estadunidenses. Essa ideia de equiparação apresentou falhas, pois as tarifas não consideravam apenas percentuais tarifários, mas adicionavam uma métrica que relacionava manipulação cambial e barreiras comerciais (Bastos; Leite, 2025). Implementadas de forma escalonada, iniciaram com alíquota de 10% em meio a negociações paralelas em setores estratégicos.

Em 4 de abril, a China respondeu com pesadas restrições, marcando a intensificação do conflito e sinalizando uma dinâmica de retaliação explícita que atingiria parâmetros inimagináveis. Essa movimentação desencadeou reações do Canadá, México e União Europeia, alargando a disputa globalmente. Consequentemente, os Estados Unidos adiaram as tarifas por 90 dias (exceto para a China) para promover negociações.

Figura 1 - Tarifas Divulgadas por Trump em abril de 2025



Fonte: Carta Capital

Nesse período de incertezas, as tarifas deixaram de assumir apenas funções estratégicas na condução econômica e passaram a ser utilizadas como mecanismos de barganha seletiva, com o envio de cartas a chefes de Estado.

No caso do Brasil, Lima, Gurgel e Munhoz (2025) analisam que essa conduta transcendeu motivações estritamente econômicas, incorporando elementos de natureza política e ideológica. Na carta enviada ao governo brasileiro, os EUA questionaram diretamente o processo judicial envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e criticaram decisões do Judiciário relacionadas à rede social X (Prazeres, 2025). O Brasil, até então tratado com neutralidade, tornou-se alvo de uma ameaça de tarifa adicional de 40%. A resposta imediata, conduzida por Geraldo Alckmin e Mauro Vieira, manifestou formalmente inconformidade, classificando a medida como incompatível com a histórica relação econômica e destacando o superávit estadunidense em serviços.

Evitando medidas imediatas de retaliação, o governo brasileiro priorizou os canais diplomáticos. A articulação do setor privado somou-se a esse esforço, culminando no Decreto Executivo nº 1432, de 30 de julho de 2025, que oficializou as tarifas, mas isentou produtos estratégicos como aeronaves civis, suco de laranja, minério de ferro, celulose e fertilizantes. Essa exclusão refletiu o interesse de setores empresariais estadunidenses preocupados com suas próprias cadeias produtivas. O escalonamento dessas medidas e seus desdobramentos diretos ao Brasil estão sistematizados de forma simplificada no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Cronologia simplificada das tarifas e impactos ao Brasil (2025)

Período	Medida	Impacto
fev/25	Anúncio de tarifas sobre aço e alumínio.	Retomada da sobretaxa de 25% aplicada a todos os parceiros comerciais.
abr/25	Ordem Executiva 14257 (*Liberation Day*).	Imposição de tarifa geral justificada por déficit comercial; Brasil listado com alíquota inicial de 10%.
mai/25	Carta presidencial direcionada ao Brasil.	Inserção de motivações políticas na justificativa tarifária; ameaça de tarifa de 40%
jul/25	Decreto Executivo nº 1432.	Formalização das tarifas com lista de isenções estratégicas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

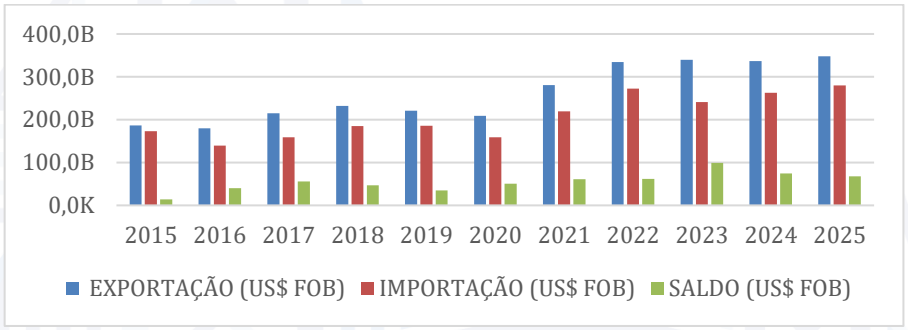
No panorama de 2026, as tarifas permaneceram como tema central. Apesar das negociações, não houve revogação integral; pelo contrário, o período marcou-se por uma nova onda de restrições não tarifárias e investigações *antidumping*. A

ausência de dados definitivos sobre 2026 e a Balança Comercial brasileira permanece como lacuna para estudos futuros.

4.3 Impactos

A trajetória da Balança Comercial brasileira evidencia saldos historicamente superavitários, resultado de uma pauta competitiva e diversificada, sustentada principalmente pelo setor de manufaturados (54%), mineração (23%) e produtos agrícolas (22%) (Trading Economics, 2026). Esse volume e a variedade dos itens embarcados conferem ao Brasil capacidade de manter resultados positivos mesmo diante das oscilações do cenário global. Para ilustrar esse panorama, o Gráfico 1 apresenta a evolução da Balança Comercial brasileira entre 2015 e 2025.

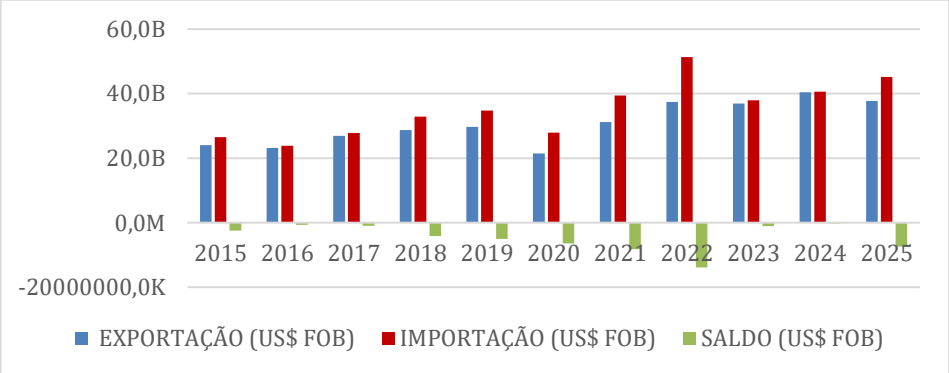
Gráfico 1 – Evolução da Balança Comercial brasileira (2015-2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC (2026)

Mesmo que haja oscilações tanto nas exportações quanto nas importações ao longo da série histórica, as exportações mantiveram-se superiores às importações, garantindo os superávits comerciais. Contudo, ao observarmos os resultados das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, esse cenário não se reitera, marcando uma sequência de saldos deficitários para o Brasil. O Gráfico 2 também apresenta a evolução da Balança Comercial entre 2015 e 2025, porém com dados específicos da relação entre os dois países.

Gráfico 2 - Evolução da Balança Comercial entre Brasil e Estados Unidos (2015–2025)



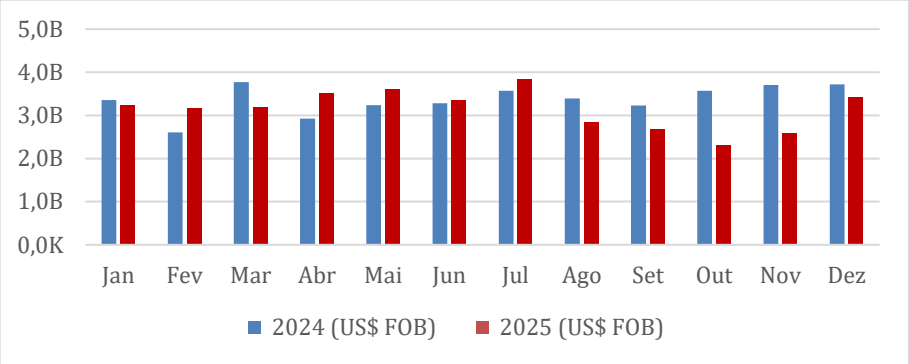
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Os resultados de sucessivos déficits brasileiros na relação bilateral estão relacionados principalmente à composição da pauta comercial, marcada pela expressiva exportação de commodities e pela importação de bens manufaturados. Essa assimetria no valor agregado dos produtos contribui para a permanência dos saldos negativos (MDIC, 2026). Entretanto, apesar da relação ser factualmente marcada por assimetrias estruturais, os resultados observados em 2025 indicam uma fundamentação distinta daquela verificada nos anos anteriores. O aspecto que merece

atenção não é apenas a permanência dos saldos negativos, mas a alteração expressiva no comportamento dos fluxos comerciais ao longo do ano, especialmente nos meses após a implementação das tarifas.

Nesse sentido, o Gráfico 3 relaciona as exportações mensais de 2024 com os resultados obtidos no mesmo período no ano anterior.

Gráfico 3 - Exportações Brasileiras para os Estados Unidos (2024-2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Durante o primeiro semestre, observa-se um comportamento compatível com as oscilações normalmente verificadas no fluxo comercial. Em fevereiro, abril, maio e junho, inclusive, as exportações brasileiras para os Estados Unidos superaram os valores dos respectivos meses de 2024, indicando que, até então, a tendência era de crescimento nas exportações, e não retração. Contudo, os resultados do segundo semestre de 2025 apresentam de fato a alteração desse cenário.

Em agosto, o valor exportado foi US$ 545,5 milhões inferior ao registrado no mesmo mês em 2024, diferença que se manteve em setembro (US$ 565,4 milhões) e se intensificou em outubro (US$ 1,26 bilhão) e novembro (US$ 1,11 bilhão), reduzindo-se parcialmente em dezembro (US$ 304,2 milhões).

Embora a análise dos dados gerais não possibilite atribuir, isoladamente, a redução das exportações às tarifas, a relação entre o período de vigência das medidas e a alteração no comportamento dos fluxos comerciais fortalece a interpretação de que a política protecionista representou um fator relevante para a intensificação das assimetrias nas relações bilaterais.

Portanto, compreender a dimensão desses impactos exige avançar para além da análise agregada da Balança Comercial. Isso porque a redução das exportações não ocorreu de forma uniforme entre todos os segmentos, indicando que alguns setores foram mais sensíveis às restrições impostas pelo mercado estadunidense. Nesse contexto, a Tabela 1 compara as exportações de três produtos listados entre os principais exportados aos Estados Unidos em 2024, evidenciando a participação percentual e a relevância dos produtos na pauta comercial bilateral.

Tabela 1 - Produtos exportados aos Estados Unidos (2024-2025)

PRODUTO	EXPO (2025)		EXPO (2024)		PART. EXPO EUA
Óleos brutos de petróleo	USD	4.70bi	USD	5.83bi	14,44%
Semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	USD	2.57bi	USD	2.77bi	6,87%
Pastas químicas de madeira (celulose)	USD	1.22bi	USD	1.55bi	3,84%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Para análise, os setores foram selecionados com base na relevância na pauta exportadora brasileira destinadas aos Estados Unidos, considerando o valor total exportado em 2024. Além disso, adotou-se como critério complementar a incidência das tarifas aplicadas, no qual apresentaram certo protagonismo nas discussões sobre a política comercial no contexto de 2025. Apesar de estarem submetidos às medidas tarifárias, os setores apresentaram atribuições distintas, permitindo uma análise mais abrangente dos efeitos decorrentes dessas medidas.

O Quadro 2 ilustra a respectiva tarifa, bem como a variação verificada nas exportações entre 2024 e 2025.

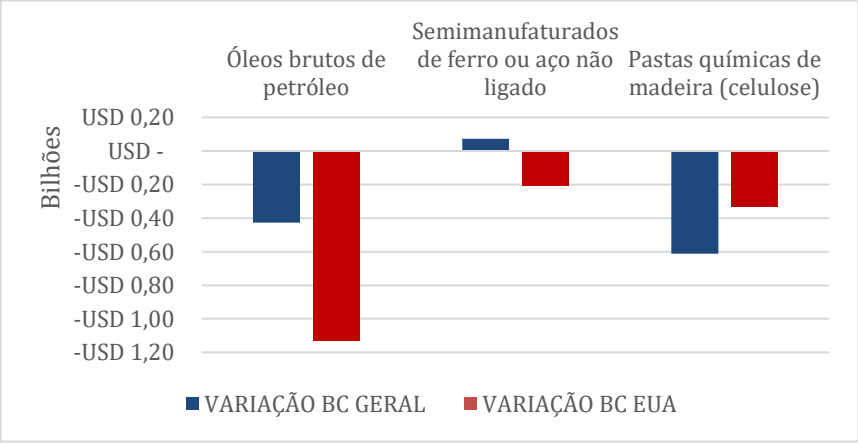
Quadro 2 - Tarifas aplicadas e variação percentual das exportações dos produtos selecionados aos Estados Unidos (2024–2025)

PRODUTO	TAXA APLICADA	VARIAÇÃO (2024-2025)
Óleos brutos de petróleo	Tarifa de 10% (Isento da adicional de 40%)	-19,37%
Semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	Seção 232 (25% / 50% a partir de junho)	-7,35%
Pastas químicas de madeira (celulose)	Tarifa de 10% (Isento da adicional de 40%)	-21,43%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

A análise dos setores evidencia impactos contrastantes entre 2024 e 2025. Mesmo isentos da sobretaxa adicional de 40% e sujeitos apenas à tarifa geral de 10%, os óleos brutos de petróleo e a celulose registraram as quedas mais expressivas nas exportações para os Estados Unidos com o petróleo recuando 19,37% (-US$ 1,13 bilhão) e a celulose, que caiu 21,43% (de US$ 1,55 bi para US$ 1,22 bi), sinalizando perda de competitividade no mercado estadunidense independentemente das sobretaxas diretas. Em contrapartida, os semimanufaturados de ferro ou aço, diretamente atingidos pela elevação tarifária para 50% (Seção 232) em junho, apresentaram uma retração mais moderada de 7,35% (de US$ 2,77 bi para US$ 2,57 bi). Para ilustrar esses efeitos, o Gráfico 4 compara a variação das exportações globais e destinadas aos EUA nesses setores entre 2024 e 2025.

Gráfico 4 - Variação do saldo comercial geral e bilateral (EUA) por setor selecionado (2024–2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Ressalta-se que os dados expressam duas variações calculadas de forma independente para fins comparativos, não devendo ser interpretadas como plenamente correlativas. Embora as exportações destinadas aos Estados Unidos componham o valor das exportações gerais de cada setor, a variação das exportações totais também é influenciada por outros fatores. Nesse contexto, o setor de celulose

apresentou o comportamento mais consistente à lógica esperada, registrando uma retração total das exportações gerais de US$ 612,74 milhões, superior à queda de US$ 332,53 milhões nas exportações aos Estados Unidos.

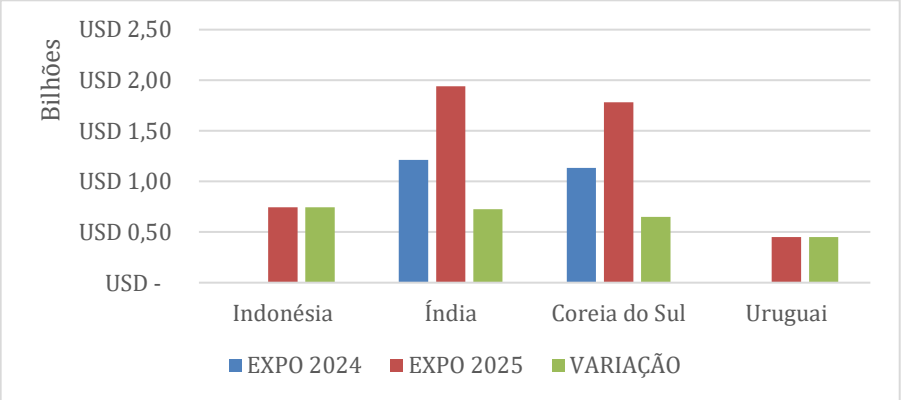
Contudo, tal comportamento não foi uma unanimidade entre os outros dois setores analisados, observando-se uma interessante assimetria entre o fluxo bilateral com os Estados Unidos e o desempenho global das exportações brasileiras desses produtos. No caso dos óleos brutos de petróleo, ainda que a redução nas exportações destinadas ao mercado estadunidense tenha atingido US$ 1,13 bilhão, a queda total do setor na Balança Comercial geral foi significativamente menor, registrando US$ 427,72 milhões. Ao mesmo tempo, no setor de semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, apesar do recuo de US$ 204,02 milhões no comércio bilateral com os Estados Unidos, o saldo geral do setor na Balança Comercial apresentou um aumento de US$ 72,26 milhões de 2024 para 2025.

Com base nessas variações, é possível extrair as primeiras conclusões sobre os impactos das medidas tarifárias na Balança Comercial. Os dados demonstram que, nos setores analisados, houve uma queda expressiva das exportações destinadas aos Estados Unidos. Entretanto, quando esses mesmos setores são analisados em uma escala mais ampla, considerando o conjunto das exportações para todos os mercados de destino, verifica-se que essa redução foi relativamente menor do que aquela observada nas exportações para o mercado estadunidense.

Esse resultado evidencia que os impactos das medidas tarifárias são relativos e variam conforme a inserção de cada produto na pauta bilateral, mas em especial no comércio internacional. O fato de determinados setores apresentarem um desempenho geral mais estável, mesmo diante da expressiva retração nas vendas para os Estados Unidos, indica que a dinâmica dessas exportações não pode ser compreendida apenas pela análise das relações comerciais bilaterais. Torna-se, portanto, necessário investigar o comportamento das exportações desses setores para os demais mercados importadores, de modo a verificar se o resultado da Balança Comercial decorre do redirecionamento do fluxo exportador anteriormente destinado aos Estados Unidos para outros parceiros comerciais.

Diante disso, os Gráficos 5, 6 e 7 apresentam os quatro destinos que registraram as maiores variações nas exportações brasileiras entre 2024 e 2025 para cada um dos setores analisados.

Gráfico 5 - Destinos com maior variação das exportações brasileiras de óleos brutos de petróleo (2024–2025)

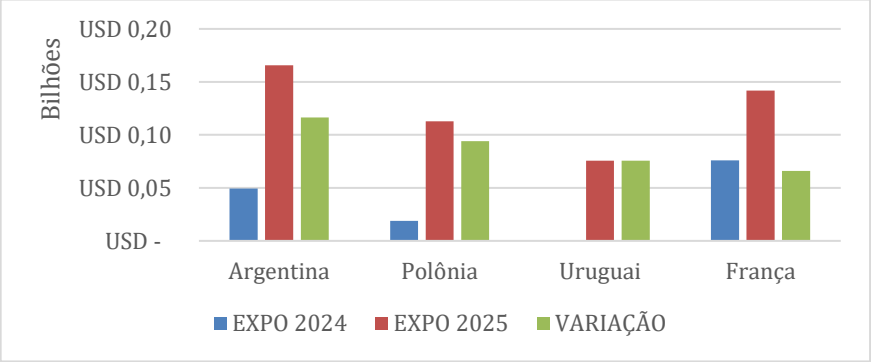


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

No setor de óleos brutos de petróleo (Gráfico 5), o maior crescimento absoluto deu-se na relação com a Indonésia, país para o qual não foram registrados embarques

em 2024, mas que atingiu o montante de US$ 743,82 milhões em 2025. De forma complementar, as vendas para a Índia expandiram-se significativamente, subindo de US$ 1,21 bilhão para US$ 1,94 bilhão, enquanto os fluxos destinados à Coreia do Sul saltaram de US$ 1,13 bilhão para US$ 1,78 bilhão. No âmbito regional, o Uruguai emergiu como novo destino de relevância, importando US$ 451,94 milhões em 2025.

Gráfico 6 – Destinos com maior variação das exportações brasileiras de semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (2024–2025)

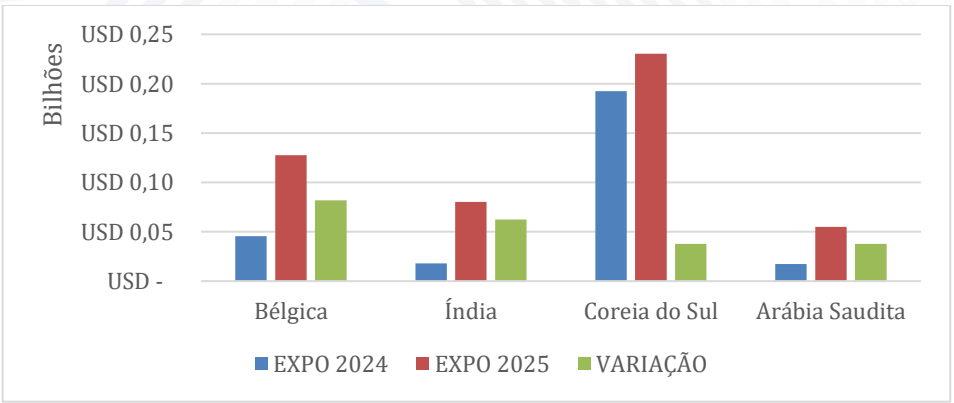


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Já no setor de semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (Gráfico 6) os destaques foram para a Argentina, que se consolidou como a principal destino alternativo na região, no qual os resultados passaram de US$ 49,42 milhões em 2024 para US$ 165,73 milhões em 2025, representando uma variação positiva de US$ 116,31 milhões. Simultaneamente, o Uruguai também passou a participar na pauta do setor, importando US$ 75,62 milhões em 2025. Na Europa, a Polônia aumentou a relação comercial em US$ 93,99 milhões, passando de US$ 18,86 milhões em 2024 para US$ 112,85 milhões em 2025, acompanhada pela França, que elevou as exportações de US$ 75,92 milhões para US$ 141,86 milhões.

Por fim, o setor de pastas químicas de madeira demonstrou uma expansão na Europa, Ásia e Oriente Médio (Gráfico 7). A Bélgica liderou o crescimento do setor, saltando de US$ 45,55 milhões em 2024 para US$ 127,56 milhões em 2025. Na Ásia, a Índia registrou um aumento de US$ 62,24 milhões, ao passo que a Coreia do Sul expandiu suas importações de US$ 192,48 milhões em 2024 para US$ 230,34 milhões em 2025. Além disso, a Arábia Saudita ampliou sua participação de US$ 17,22 milhões para US$ 54,84 milhões no mesmo período.

Gráfico 7 - Destinos com maior variação das exportações brasileiras de celulose (2024–2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ComexStat (2026)

Embora esses valores somados demonstrem a capacidade do setor de acessar novos mercados de demanda, diferentemente dos outros setores, o volume total

exportado de celulose não foi suficiente para neutralizar por completo a retração sofrida no mercado estadunidense e no cenário global do produto, reforçando a concepção apresentada no Gráfico 4.

5. Conclusão e Contribuições

O presente estudo teve como objetivo investigar a evolução das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos e analisar os impactos das políticas tarifárias protecionistas implementadas pelo governo Donald Trump em 2025. Os resultados confirmam que a imposição de barreiras cumpriu seu objetivo imediato de restringir o acesso ao mercado estadunidense, aprofundando o déficit bilateral e provocando uma retração expressiva nas exportações de setores estratégicos. Contudo, a análise agregada da Balança Comercial demonstra que o choque recessivo sobre a economia brasileira foi contido por uma forte capacidade de resposta estratégica do setor produtivo nacional. Essa dinâmica das exportações foi resultado de uma rápida reestruturação das cadeias logísticas e de inteligência comercial.

Assim, a aplicação de medidas protecionistas dos Estados Unidos, fez com que os exportadores afetados agissem com agilidade para realocar seus fluxos de comércio, mapeando e acessando demandas em outras regiões para escoar o excedente produtivo, mitigando impactos negativos severos nos setores analisados. O setor siderúrgico, por exemplo, reduziu seus riscos ao fortalecer o comércio com outros países, garantindo a realocação rápida de suas exportações para vizinhos sul-americanos (como Argentina e Uruguai), além de capturar novas oportunidades na Europa (Polônia e França). Simultaneamente, os setores de petróleo e celulose compensaram as perdas estadunidenses redirecionando grandes volumes para a Ásia, alavancando novos acordos com Indonésia, Índia e Coreia do Sul, e para o Oriente Médio, aproveitando-se do crescimento da demanda nessas regiões.

Portanto, conclui-se que as ações protecionistas estadunidenses, embora prejudiciais no âmbito bilateral, atuaram, paradoxalmente, como catalisadoras para a diversificação comercial brasileira, ainda em processo exploratório. O cenário analisado evidencia que a sobrevivência diante de barreiras externas depende da agilidade em reconfigurar rotas logísticas e da diversificação ativa de parceiros comerciais. Comprova-se, assim, que a descentralização de mercados e a superação da dependência de uma única potência hegemônica constituem a principal defesa estratégica para garantir a estabilidade da Balança Comercial e a inserção competitiva do Brasil diante das instabilidades do sistema econômico global.

5.1 Recomendações para Trabalhos Futuros

Considerando que os dados disponíveis para 2026 ainda são parciais, a continuidade do acompanhamento da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos constitui uma oportunidade para pesquisas futuras, especialmente no que se refere à evolução dos efeitos sobre a Balança Comercial brasileira, bem como aos possíveis desdobramentos da relação Brasil-Estados Unidos.

Referências

ANDRADE, Israel de Oliveira; NARETTO, Nilton; FRANCO, Gustavo H. B. *Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos: da complementaridade à concorrência. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, Brasília, n. 23, p. 33-49, jan./abr. 2017. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8207/1/BEPI_n23_Rela%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier; LEITE, Caio Rodrigues Gomes. O tarifaço de Trump: organizando fatos e ideias. *Carta de Conjuntura*, Brasília: IPEA, n. 67, nota 9, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/05/250512_cc_67_nota_9.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão de abertura da III Cúpula das Américas*. Quebec, Canadá, 20 abr. 2001. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/artigo/774.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARTA CAPITAL. *Veja as novas tarifas que Trump aplicará a cada país*. Economia, abr. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/economia/veja-as-novas-tarifas-que-trump-aplicara-a-cada-pais/. Acesso em: 25 mar. 2026.

FUNAG. *Brasil – Estados Unidos, 1824-1829*. Volume 1. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: https://share.google/07uslxoZc5glshLap. Acesso em: 20 out. 2025.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. *As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância*. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), São Paulo, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/98119. Acesso em: 12 dez. 2025.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. *Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*. International Political Science Review, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 117-140, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0192512109102432. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAVALCANTE, Carlos Nathaniel Rocha; DE LOSSO, Rodrigo. *Uma breve análise do comércio bilateral Brasil-EUA e a dependência dos estados brasileiros*. Boletim de Informações FIPE (BIF), São Paulo, n. 533, p. 44–53, fev. 2025. Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif533-44-53.pdf. Acesso em: 3 ago. 2026.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p.

CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS. *Product R45949*. Washington, DC: Congressional Research Service, 2025. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R45949. Acesso em: 1 maio 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). *Trade calendar 2025*. Nova York: CFR, 2025. Disponível em: https://www.cfr.org/articles/trade-calendar-2025. Acesso em: 1 maio 2026.

EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE USA. *Statement on Trade Relations*. Washington, DC, 2025. Disponível em: https://us.china-embassy.gov.cn/eng/zmgx/zxxx/202504/t20250404_11588767.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

FAVERÃO, Gustavo M. *Comunidade Sul-Americana de Nações: Implicações para a ALCA e reflexos no Mercosul*. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, Brasília, v. 6, n. 62, p. 8-9, set. 2005. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2195. Acesso em: 10 jan. 2026.

FERRAZ, L. P. C. O contencioso do algodão na OMC. Encontro Estadual De História, 9., 2008, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. Disponível em: https://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212416689_ARQUIVO_FERRAZ_algodao_OMC.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom.* Chicago: University of Chicago Press, 1962. Disponível em: https://share.google/mKZgP5dxUHQwYKh17. Acesso em: 30 jul. 2026.

GUIMARÃES, Fernanda; OLIVEIRA, Marina Souto de. A importância do contencioso do algodão Brasil versus Estados Unidos para o projeto brasileiro de inserção internacional durante o governo Lula (2003-2010). In: XVIII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2019. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_176.pdf. Acesso em: 2 maio 2026.

HILTON, Stanley E. *Os Estados Unidos, o Brasil e a Guerra Fria, 1945-1960: fim do relacionamento*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 39, n. 4, p. 109–126, 1982. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8120. Acesso em: 26 out. 2025.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little, Brown and Company, 1977. Disponível em: https://share.google/B9JEAfEcOMfv9L91c. Acesso em: 1 ago. 2026.

LIMA, C. et al. *Aspectos econômicos e jurídicos: Conflito Tarifário Brasil-Estados Unidos*. Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia. São Paulo: FGV, 2025. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2025-08/NT%202%20-%20Aspectos%20econ%C3%B4micos%20e%20jur%C3%ADdicos%20do%20conflito%20tarif%C3%A1rio%20Brasil-EUA%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA. Comércio e Serviços. Comex Stat - Consulta 156357. Brasília: MDIC, [2025/2026]. Disponível em: https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/156357 Acesso em: 17 jul. 2026.

NASSER, Rabih; TAKITANI, Marina. *The tariff policy of the Trump 2.0 administration and its impacts on Brazil*. CEBRI-Journal, Rio de Janeiro, ano 4, n. 14, p. 62–84, abr./jun. 2025. Disponível em: https://cebri.org/revista/en/artigo/217/the-tariff-policy-of-the-trump-20-administration. Acesso em: 1 maio 2026.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS (PIIE). *US-China Trade War Tariffs: An up-to-date chart*. PIIE, 2025. Disponível em: https://www.piie.com/research/piie-charts/2019/us-china-trade-war-tariffs-date-chart. Acesso em: 1 maio 2026.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

PRAZERES, Leandro. *A dura carta de Trump a Lula sobre tarifa contra Brasil: 'Julgamento de Bolsonaro não deveria estar acontecendo. Parem imediatamente'*. BBC News Brasil, Brasília, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xv9yygx9po. Acesso em: 16 jul. 2026.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. *Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 44, n. 1, p. 55-68, jun. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-73292001000100005. Acesso em: 15 set. 2025.

TRADING ECONOMICS. *Brazil Balance of Trade*. 2026. Disponível em: https://pt.tradingeconomics.com/brazil/balance-of-trade. Acesso em: 19 jul. 2026.

TRUMP, Donald J. *Adjusting Imports of Steel into The United States*. Washington, DC: The White House, 10 fev. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/adjusting-imports-of-steel-into-the-united-states/. Acesso em: 30 mar. 2026.

UNITED STATES. The White House. *The Inaugural Address (2017)*. Washington, DC, 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/. Acesso em: 29 mar. 2026.

UNITED STATES. The White House. *The Inaugural Address (2025)*. Washington, DC, 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/remarks/2025/01/the-inaugural-address/. Acesso em: 29 mar. 2026.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002. Acesso em: 10 maio 2026.